

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Térmicas	2
Título: A transposição do São Francisco ameaçada	3
Título: Destaque	5
Título: Brasil é peça-chave para petroleiras na redução de CO2	5
Título: ANM tenta desfazer impasse na extração de rochas	9
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	10
Título: Ilha do Amapá vota após sofrer duplo apagão	10
Título: Eventos adversos de cada dia	13

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 16/11/2020**Seção:** Opinião**Autor:****Título:** Térmicas

Cartas de Leitores

A respeito da reportagem publicada no **Valor**, na edição do dia 09 de Novembro, na página B3, com título de “Retirada de térmicas pode aliviar sobras de energia”, na medida em que meu nome foi citado, entendo importante contextualizar adequadamente o meu posicionamento no que concerne a tão relevante e polêmica temática. A citação da reportagem, feita de uma forma muito genérica, pode levar os leitores a uma percepção equivocada de minha posição em relação ao tema.

De fato, esse é um tema que precisa ser bem contextualizado e envolve duas nuances distintas, ou seja, (i) térmicas a carvão e (ii) térmicas de alto custo de combustível, ambas tratadas na reportagem de uma forma “isonômica”, no sentido de que o simples descomissionamento de todas essas usinas é apontado como solução para o problema de sobrecontratação das distribuidoras.

No que se refere às usinas a carvão, entendo que a sua retirada de operação pode ser consenso, equacionando o problema social decorrente da paralisação e, ao mesmo tempo, compensando-se o empreendedor para que aceite a solução (não se pode “rasgar contratos”). Não obstante, o caso das térmicas de “alto custo” é completamente diferente, posto que essas usinas podem ser muito úteis ao Sistema no quesito segurança de suprimento, formulando-se uma solução “virtuosa” para essas usinas (jogo do tipo “ganha-ganha”), que consiste em descontratar sua energia das distribuidoras, contribuindo portanto para a mitigação da sobrecontratação, mas, diferente do proposto na reportagem, não se promovendo seu sucateamento, mas sim alterando sua forma de contratação, focando a segurança do sistema.

Dorel Ramos Soares

Professor doutor do Departamento de Engenharia de Energia e Automação Elétricas da Escola Politécnica da USP e sócio administrador da MRTS Consultoria em Engenharia.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 16/11/2020****Seção: Opinião****Autor: Jerson Kelman****Título: A transposição do São Francisco ameaçada**

Acompanhei a ministra Marina Silva numa reunião com o presidente Lula e diversos ministros para tratar do Projeto de Transposição do Rio São Francisco, posteriormente chamado de PISF. Estávamos em 2003 e eu era o presidente da Agência Nacional de Águas (ANA) desde 2001. Durante a discussão, mencionei que não bastaria construir a obra. Seria também necessário cuidar da correta operação e manutenção (O&M) das estruturas hidráulicas. Levantei esse ponto porque sempre há muito lobby para fazer obras, mas praticamente nenhum para fazê-las funcionar. Por isso temos tantas obras inacabadas ou subutilizadas.

Antes que o governo federal aprovasse qualquer investimento para aumentar a segurança hídrica da região receptora, como é o caso do PISF, os beneficiários - públicos e privados - deveriam ter sido compelidos a se comprometer com um arranjo legal, institucional, comercial e financeiro para viabilizar a O&M. Seria admissível que o governo federal arcasse integralmente com o investimento, sem qualquer retorno, como de fato ocorreu, desde que se garantisse a sustentabilidade do empreendimento. Porém, não foi isso que aconteceu.

Não há chance do atual arranjo institucional funcionar. É quase certo que da transposição só restarão ruínas

Dezessete anos e R\$ 11 bilhões depois, a Codevasf é quem tem a responsabilidade de operar o PISF. Não há qualquer chance de que esse arranjo institucional funcione. Aliás não funcionará qualquer que seja o operador, se for dependente do exangue orçamento da União, como é o caso da Codevasf. Se tudo continuar como está, é quase certo que, em poucos anos, do PISF só restarão ruínas.

Para que esse desfecho não ocorra, é recomendável atribuir a operação do PISF a alguma empresa privada capaz de conseguir suficiente receita própria para equilibrar o custo de manter em funcionamento um sistema composto por 9 estações de bombeamento que elevam a água a 191 metros no eixo Norte e a 332 metros no eixo Leste. O consumo de eletricidade será expressivo, em média de quase 1 kWh por metro cúbico bombeado.

A outorga do PISF concedida pela ANA em 2005 permite bombeamento contínuo de cerca de 2 bilhões de litros por dia, prioritariamente para

abastecimento urbano da região receptora. É apenas 1% do que em média o rio São Francisco despeja diariamente no mar. Porém, o suficiente para atender as necessidades de 15 milhões de pessoas, se não houvesse perdas de água no caminho.

Em situações excepcionais de abundância hídrica, muito mais água poderá ser bombeada (cerca de 10 bilhões de litros por dia). Não para uso imediato e sim para armazenamento temporário nos açudes da região receptora para posterior uso na irrigação. Nessas situações, o custo energético será irrisório porque quando o vertimento for iminente (segundo a outorga da ANA, estoque de água no reservatório de Sobradinho maior do que 94% da capacidade máxima), haverá suficiente água não apenas para ser desviada do curso natural, mas também para passar pelas turbinas da Chesf, em vez de pelos vertedores, gerando energia que de outra forma seria desperdiçada. Portanto, a custo mínimo.

O principal componente do custo de O&M será a energia elétrica utilizada no bombeamento contínuo dos tais 2 bilhões de litros por dia. Há pelo menos duas alternativas de equacioná-lo e, ao mesmo tempo, assegurar a governança necessária para o bom funcionamento do PISF. Ambas relacionadas ao projeto de lei relativo à privatização da Eletrobras, em discussão no Congresso.

A primeira alternativa é aproveitar a privatização para fazer com que a Chesf se transforme em concessionária dos usos múltiplos da água do vale do São Francisco, semelhante ao Tennessee Valley Authority (TVA), dos EUA. A nova Chesf incorporaria o PISF a seus ativos e herdaria as atuais responsabilidades de algumas entidades da administração pública. Teria a atribuição de gerar, transmitir e comercializar energia elétrica, mitigar as enchentes, operar o PISF, suprir água bruta, inclusive para irrigação, e manter o rio em condições navegáveis.

O pressuposto da proposta é que a nova concessionária teria musculatura econômica com a venda de energia elétrica e de água bruta para cuidar das atividades vinculadas ao bem comum, a água. Atuaria sob fiscalização de duas agências reguladoras: a ANA e a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

A segunda alternativa é licitar a concessão do PISF para uma operadora privada. A nova concessionária de serviço público teria a obrigação de induzir e organizar a demanda por água bruta na região receptora, assim como manter e operar o sistema de adução. A energia poderia ter três origens: (a) compra no mercado de energia elétrica; (b) autoprodução por meio de placas fotovoltaicas flutuantes, instaladas nos açudes sob administração da própria operadora, que também serviriam para diminuir a perda de água por evaporação; (c) pequena

parcela de garantia física da Chesf - entre 2% e 4% - que a União concederia para a operadora privada por ocasião da privatização da Eletrobras.

A alternativa (c) parte da hipótese pessimista de que não haja interesse por parte da iniciativa privada em receber, mesmo gratuitamente, um patrimônio de mais de R\$ 11 bilhões porque a receita resultante apenas da venda de água bruta pode não ser suficiente para compensar os custos de O&M.

A hipótese pessimista pode não ser verdadeira. Porém, se for, suscita uma dúvida: faz sentido dar prosseguimento a um projeto cujo fluxo de caixa seja insuficiente não apenas para amortizar e remunerar o capital investido (certamente um custo afundado...), mas também para cobrir integralmente o custo da energia necessária para o bombeamento contínuo?

A resposta é “sim”, desde que a água transposta seja paga por quem dela fizer uso. Para justificar esse posicionamento, convém lembrar que a infraestrutura hídrica construída quando vigorava o New Deal acelerou o desenvolvimento de regiões dos EUA que à época se assemelhavam ao nosso semiárido nordestino.

Jerson Kelman é professor da COPPE-UFRJ. Foi dirigente da ANA e da Aneel

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/11/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaque

Cemig reverte prejuízo

A Cemig, estatal mineira de energia elétrica, divulgou lucro de R\$ 545 milhões no terceiro trimestre, revertendo prejuízo de R\$ 292 milhões no mesmo período de 2019. A empresa também alcançou resultado positivo na receita líquida, que cresceu 4,9%, para R\$ 6,37 bilhões. Operacionalmente, a receita foi beneficiada principalmente pelo aumento da receita com a tarifa de uso do sistema de distribuição (Tusd), com encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/11/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: Brasil é peça-chave para petroleiras na redução de CO2

De olho no movimento de transição energética, as grandes petroleiras europeias - BP, Equinor, Shell e Total - anunciaram este ano compromissos para zerar as respectivas emissões líquidas de carbono até 2050. Figuras presentes nos leilões de petróleo no Brasil, nos últimos três anos, as multinacionais também olham para o mercado brasileiro como peça-chave dentro dos esforços de descarbonização e têm se mantido ativas no negócio de renováveis no país.

BP, Equinor Shell e Total têm montado, aos poucos, as respectivas carteiras de projetos no Brasil. A energia solar desponta como unanimidade, mas biocombustíveis e eólicas offshore - que guardam sinergia com a especialidade das empresas em operar em alto-mar - também estão no radar.

A investida das petroleiras europeias em renováveis se dá em meio à pressão em torno do cumprimento das metas de descarbonização e do olhar dos investidores às empresas que cumprem as práticas de responsabilidade ambiental, social e de governança (ESG, na sigla em inglês). “A transição energética vai precisar que todo mundo empurre e faça parte da solução, das empresas de energia aos governos, e temos visto uma agenda crescente de investidores e consumidores nesse sentido [ESG]”, disse o diretor de novas energias da Shell Brasil, Guilherme Perdigão.

Nessa equação, as empresas olham, também, para as expectativas de declínio do consumo de petróleo a longo prazo. A Equinor anunciou este mês, por exemplo, que está se preparando para o declínio gradual da demanda da commodity a partir de 2030.

O consumo por petróleo pode ter atingido o pico e nunca mais recuperar os patamares anteriores à pandemia de covid-19. É o que aponta um dos três cenários de transição energética projetados pela BP, no estudo “Energy Outlook” - que aponta para um novo momento na história moderna, marcado pelo declínio petrolífero. Esse movimento será puxado, sobretudo, pela retração do uso de combustíveis no transporte, como reflexo da propagação de veículos elétricos.

Ainda sem uma expertise desenvolvida na área de renováveis, as petroleiras têm recorrido, em alguns casos, a parceiros estratégicos. Assim foi com a BP, que formou uma joint venture com a Bunge no mercado brasileiro de biocombustíveis e com a Lightsource para investimentos em solar. A Shell também cogita parcerias.

“Reconhecemos que trazemos algumas competências, forças que podem ser um diferencial [na transição]. A marca Shell é forte, temos solidez financeira grande, mas ao mesmo tempo estamos começando a desenvolver os projetos no Brasil.

Por isso estamos abertos a modelos de negócios 100% Shell ou em parcerias com empresas do setor”, afirmou Perdigão.

A empresa é sócia desde 2011 da Cosan em biocombustíveis, por meio da Raízen. A grande prioridade da petroleira, hoje, contudo, é o negócio de energia solar. A Shell tem em carteira 24 projetos de usinas fotovoltaicas que somam 1,12 gigawatts (GW), com foco em Minas Gerais. A ideia é viabilizá-las por meio de leilões e contratos no mercado livre.

Perdigão disse que o objetivo da Shell é ser uma das maiores comercializadoras de energia do Brasil, uma das quatro regiões prioritárias da empresa em geração de energia, ao lado dos Estados Unidos, Europa e Austrália.

No aspecto regulatório, Perdigão destaca que o Brasil possui um “arcabouço desenhado” e um mercado livre de energia consolidado, mas que vê necessidade de aperfeiçoamentos. Ele defende novos avanços nos limites mínimos para migração de consumidores para o ambiente livre e cita a ausência de uma regulamentação sobre eólicas offshore. O Ibama disponibilizou o termo de referência, com as diretrizes para a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), mas a regulação do setor ainda engatinha.

A Equinor tem planos de se consolidar como líder global no segmento e está atenta aos desdobramentos da regulamentação. A norueguesa iniciou o licenciamento de dois parques (Aracatu I e II), que somam 4 GW no Rio de Janeiro e Espírito Santo. A empresa tem como meta investir entre 15% e 20% do orçamento global em fontes renováveis e de baixo carbono até 2030. A companhia espera atingir uma capacidade de geração de 12 GW a 16 GW em 2035, ante os 0,5 GW de 2019. “É importante reforçar que [a eólica offshore] se trata de um negócio de longo prazo e o Brasil ainda está desenvolvendo a estrutura regulatória”, informou a multinacional, em nota.

O presidente da BP no Brasil, Mario Lindenhayn, afirmou que o ambiente regulatório no Brasil tem mostrado “grandes avanços”, como o programa de biocombustíveis RenovaBio, mas que ainda há “muito espaço para aperfeiçoamento”. “Um elemento importante nesta equação, que deve ganhar novos capítulos nos próximos anos, é o desenvolvimento e a integração dos mercados globais de carbono”, disse, por e-mail.

Ele citou o potencial do Brasil em ser fornecedor de soluções climáticas naturais - ações de conservação e gerenciamento de ecossistemas - e se tornar um dos maiores centros de créditos de carbono do mundo. A BP é uma das petroleiras mais ativas no processo de transição energética e tem como meta aumentar em dez vezes o investimento anual em energia de baixo carbono, para US\$ 5 bilhões,

em 2030; e elevar em vinte vezes a capacidade de geração de energia renovável, para 50 GW em 2030.

Lindenhayn destaca a vocação brasileira para os biocombustíveis, setor em que a BP estreou em 2008 e no qual deu novo passo em 2019, ao formar joint venture com a Bunge, que a consolidou como segunda maior produtora sucroenergética do país, atrás da Raízen. “O Brasil tem grande potencial de se tornar economia neutra em carbono, ou de até carbono negativo a custo relativamente baixo.”

A BP monitora também oportunidades em eólicas e tem investido no mercado brasileiro de solar. Em 2019, por meio da Lightsource bp, comprou da Enerlife cerca de 2 GW de projetos em desenvolvimento no Brasil. A companhia aposta tanto nos leilões de energia quanto em geração distribuída.

A Total também monitora o setor. “Com um portfólio de 300 MW em projetos de solar e eólica atualmente em operação ou em construção, a Total Eren desenvolveu uma forte experiência no país e agora busca acelerar seu crescimento, tanto em solar como em eólica, para atender à expansão do livre mercado local”, afirmou o diretor da Total Eren do Brasil, Pierre-Emmanuel Moussafir, em nota.

Os investimentos em renováveis, porém, não são um consenso entre as petroleiras. ExxonMobil e a Petrobras têm defendido esforços de descarbonização por meio de soluções dentro da própria indústria de óleo e gás. O presidente da estatal brasileira, Roberto Castello Branco, repete com frequência que, enquanto os ativos do pré-sal garantem taxa de retorno de 15% a 20%, investimentos em renováveis, menos de 10%.

Em meio às pressões do mercado para que as empresas adotem políticas de sustentabilidade, a Petrobras criou gerência-executiva para tratar de mudanças climáticas. O foco tem sido reduzir a intensidade de carbono das operações da companhia, mas não pretende trabalhar com metas para zerar emissões líquidas no longo prazo.

“Nossa estratégia é olhar para nossa competência, para engenharia de processos, indústria química, em como encontrarmos formas de fornecer soluções”, reforçou a presidente da ExxonMobil Brasil, Carla Lacerda, em setembro.

Um dos principais desafios das petroleiras será fazer a transição sem comprometer a rentabilidade e afastar investidores. “Nossa estratégia passa por continuar sendo uma empresa que atraia investidores e os investimentos só

serão feitos se trouxerem retorno adequado”, disse Perdigão da Shell. Ele acredita ser possível atingir entre 8% e 12% de retorno no segmento de energia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/11/2020

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt — De Brasília

Título: ANM tenta desfazer impasse na extração de rochas

A Agência Nacional de Mineração (ANM) publicará resolução para que possa retomar a análise de pedidos de exploração de rochas ornamentais no Brasil. O setor passou por uma reviravolta desde a entrada em vigor da Lei 13.975/20, em janeiro. A nova legislação sugere que a extração das rochas e de agregados da construção civil - como areia, brita e calcário - está limitada às áreas de até 50 hectares.

As dúvidas criadas pelo texto da lei obrigaram a ANM a suspender a tramitação de análise de 26 mil processos na agência imediatamente. Para resolver a situação, sem contrariar a legislação, o comando da agência decidiu definir dois regimes de exploração.

A norma, que deverá ser publicada hoje no “Diário Oficial da União”, permitirá que os bens minerais empregados na construção civil possam ser explorados por licenciamento, em áreas de até 50 hectares, e em regime de concessão, em áreas de até 1 mil hectares.

A Lei 13.975/20, sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro a partir de projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional, buscava apenas estender a aplicação do regime de licenciamento para a extração das rochas ornamentais, argilas e carbonatos de cálcio e de magnésio. O benefício alcançava, até então, só o comércio de areias, cascalhos, saibro e rochas de aspecto e uso mais rudimentar, como brita e outras qualidades usadas em paralelepípedos, guias e sarjetas.

Ao aprovarem o projeto de lei, os parlamentares não perceberam que a mesma lei que criou o regime facilitado de licenciamento no passado também limita a exploração em áreas de até 50 hectares. O objetivo do setor era tão somente se esquivar da lentidão e da burocracia do processo de concessão de lavra da ANM - ainda afetada pela estrutura sucateada de análise processual do antigo DNPM - e obter uma licença municipal.

“Sem querer, a legislação criou um impasse absurdo para os bens minerais que a indústria da construção civil e revestimentos usa muito no seu dia a dia. Mesmo o mercado de rochas ornamentais, que foi o grande demandante dessa

mudança, se viu com processos travados diante de tamanha incerteza”, afirmou a diretora da ANM, Débora Toci Puccini, em entrevista ao **Valor**.

A integrante do comando da agência contou que foi constituído um grupo técnico para encontrar uma solução sem desrespeitar a legislação. Débora acrescentou que outra preocupação dos técnicos foi definir critérios sem correr o risco de beneficiar alguns grupos do setor que comercializam os bens minerais e prejudicar outros também tratados na nova lei. Para ela, pender para qualquer um dos lados poderia inaugurar mais um ponto de controvérsia com o assunto indo parar na Justiça.

A diretora ressaltou que o Brasil tem ocupado uma posição de destaque no mercado internacional de rochas ornamentais. Segundo ela, o momento é propício para o país elevar a exportação com a taxa de câmbio favorável. E destacou que atualmente 85% do volume de rochas exportado vai para os EUA, onde os produtos brasileiros são “muito bem aceitos”.

“Já temos uma indústria desenvolvida que exporta tanto blocos de rochas como o produto já acabado, pronto para ser instalado”, disse Débora. Segundo ela, o setor já trabalha com maquinário de corte de alta precisão, com índice de perda baixíssimo. Empresas já começaram a vender o projeto de revestimento com o serviço de instalação para o cliente no exterior.

Na visão da diretora, o Brasil já compete em pé de igualdade com “grandes players” no exterior. Ele citou o exemplo de concorrentes italianos. Enquanto o Brasil se destaca na fabricação e beneficiamento do granito, a Itália foca na produção de mármore.

Ela disse que o licenciamento se tornou mais célere porque pode ser concedido por municípios, que exigem apenas a autorização pelo órgão ambiental. Sua vigência pode ser renovada e geralmente não há necessidade de apresentar estudos preliminares ou plano de negócio dos empreendedores. Pelo regime de concessão de lavra, a empresa deve cumprir fases para a entrega de pesquisa, relatório final de pesquisa e plano de aproveitamento econômico. Porém, terá o direito de explorar a área até a “exaustão” da jazida ou enquanto houver viabilidade econômica.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 16/11/2020

Seção: Poder

Autor: Vinicius Sassine

Título: Ilha do Amapá vota após sofrer duplo apagão

Parte do 2o maior município do estado, ilha de Santana já convivia com falhas no fornecimento de luz antes do blecaute

Santana (AP)- A ilha de Santana, no Amapá, saiu de um duplo apagão para que seus eleitores pudessem votar neste domingo (15). Parte do município de Santana, do qual fica separada pelo rio Amazonas, a ilha voltou a ter energia momentaneamente para que a escola pública do lugar recebesse umas eletrônicas e eleitores.

A Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), estatal estadual, garantiu o fornecimento com carga satisfatória para que 12 das 13 cidades atingidas pelo apagão no estado pudessem escolher prefeitos e vereadores, com a suspensão dos rodízios de energia.

Moradores da ilha repetem, em tom de galhofa, que não sofreram com o apagão no Amapá, iniciado no dia 3. “Aqui, todo dia tem apagão”, resume a estudante universitária Raquel Sousa dos Santos, 22.

Os cerca de 4.000 habitantes da ilha já viviam no escuro antes do novo blecaute, que, no entanto, piorou as condições de vida no lugar. Moradores perderam alimentos, tiveram eletrodomésticos queimados — principalmente ventiladores —, viram a renda despencar e continuam a ter dificuldade para garantir água potável.

A ilha deu origem a Santana, segunda maior cidade do Amapá, onde vivem mais de 120 mil pessoas. É o segundo maior colégio eleitoral do estado, com 78,3 mil pessoas aptas a votar, e fica a apenas 17 quilômetros de Macapá. A capital, com 512 mil moradores e 292,7 mil eleitores, foi a única das 16 cidades do Amapá que não teve votação — as eleições foram adiadas para dezembro em razão do apagão.

No porto do Açaí, em Santana, de onde saem as embarcações para a ilha — chamadas catraias, guiadas pelos catraieiros —, é como se não existisse a pandemia. Centenas de pessoas passavam sem máscaras pelo porto, de onde faziam o trajeto nos dois sentidos para votar. A energia garantiu uma relativa normalidade à cidade, ainda que restrita ao período da votação, já que a realidade dos rodízios sem regularidade e previsibilidade voltaria logo depois.

A estudante Raquel Santos pagou R\$2 para embarcar na catraia, cruzar o Amazonas em minutos e desembarcar na ilha, onde nasceu e vota. Ela se mudou há pouco para a cidade para acompanhar o marido, que é pedreiro e tem mais trabalho em Santana.

Raquel está na fase final da licenciatura em educação do campo, no polo da Unifap (Universidade Federal do Amapá) em Mazagão, uma pequena cidade vizinha, também impactada pelo apagão.

“O apagão foi algo horrível. Estragou toda a comida da minha geladeira e queimou meu ventilador”, afirma ela, que sofre principalmente com a falta de água potável.

Para a estudante, não há dúvidas de que o apagão influencia o voto dos amapaenses. “As pessoas não vão votar em quem está no poder”, afirma.

Irmão de Raquel, o professor de física da Unifap Daniel Sousa dos Santos, 28, concorda. Ele foi mesário na escola que funciona como local de votação em ilha de Santana. “O apagão impacta o voto das pessoas. Foi um choque de realidade, para elas verem que o voto importa. A ilha vive no apagão há anos.”

A disputa em Santana foi protagonizada pelo atual prefeito, Ofirney Sadala (Avante), que tenta a reeleição; pelo ex-deputado federal Bala Rocha (PP), cuja vice é do PT e que tem o apoio do presidente do Congresso, senador Davi Alcolumbre (DEM-AP); e pela deputada federal Professora Marcivânia (PC-do B), cuja coligação inclui o PDT, partido do governador do estado, Waldez Góes.

A eleição em Macapá, conforme deliberação do TRE, está prevista para 13 de dezembro (primeiro turno) e 27 de dezembro (segundo turno, se houver). As datas ainda precisam de aval do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Os candidatos da capital protestaram contra um adiamento tão elástico e assinaram uma carta pedindo que a eleição não seja decidida entre o Natal e o Ano Novo.

Entre os candidatos mais bem posicionados nas mais recentes pesquisas eleitorais, há o entendimento de que o distanciamento temporal em relação ao apagão beneficia a candidatura de Josiel Alcolumbre (DEM), irmão de Davi. Desde o blecaute, ele vem despencando na preferência dos eleitores da capital.

A mais recente pesquisa do Ibope, divulgada no dia 11, mostra Josiel com 26% dos votos válidos — ante 35% pré-apagão. Ele ainda lidera a corrida eleitoral, mas vê seus oponentes Patrícia Ferraz (Podemos) e Dr. Furlan (Cidadania) encostarem na disputa, com 18% e 17%, respectivamente.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 16/11/2020**Seção:** Colunas**Autor:** Claudia Tajés**Título:** Eventos adversos de cada dia

Escritora e roteirista, tem 11 livros publicados. Autora de 'Macha'

Brasileiros estão com dificuldade de passar 24 horas sem um problema

Com pandemia ou sem, nas eleições ou fora delas, brasileiros e brasileiras estão com cada vez mais dificuldade de passar 24 horas sem um evento adverso na sua vida.

No Amapá, nem se fala. Sem luz, sem água, sem wifi, sem cartões de débito e de crédito, sem conseguir sacar dinheiro, sem comida, sem remédio, sem pai nem mãe. Um terremoto como o do Haiti em solo nacional, os prédios de pé, mas a vida toda jogada no chão.

O ministro de Minas e Energia estimou em dez dias a volta à normalidade. Dez dias de terremoto. Imagine se fosse na casa dele. Já o presidente — e chefe do ministro — tratou de tirar o corpo fora, disse não ser responsabilidade da União. Sou só o líder do Estado, não tenho nada a ver com isso daí.

Um evento adverso do tipo inacreditável.

Com o Amapá ainda sangrando, vem o caso da vacina. O alerta da Anvisa mandou parar tudo, porque um evento adverso, graças a Deus, que é a pessoa mais importante de todas, comprovou que a vacina chinesa é um perigo para o nosso povo. Nosso líder, aquele acima de Deus, acima de tudo, acertou outra vez. Arrã.

O evento era triste, mas sem relação com a vacina. Mesmo assim, a Anvisa levou mais dois dias para liberar os testes da Coronavac. Não queremos a vacina, temos a cloroquina.

Um evento adverso do tipo vergonhoso.

O Amapá e a interrupção dos testes ainda doendo, vem o discurso no Planalto. O lançamento de um programa de turismo virou terapia em grupo.

Tudo indica que o convênio da Presidência não oferece cobertura psicológica para seus associados. A Amazônia queimando, o Pantanal ardendo, mas a vida

de uns e outros é um inferno porque não dá para comer um pastel. Ou tomar uma cana — cuidado com o que você deseja.

Pandemia é coisa de maricas, bullying se resolve na porrada e voa, urubuzada. Mais ou menos isso. A ordem dos fatores não vai alterar o produto.

Evento adverso de um tipo perturbado é pouco.

O Amapá, a vacina e o discurso ainda entalados, vem o ministro Paulo Guedes com a novidade: o fim do auxílio emergencial vai segurar a inflação.

Pessoas em confinamento foram ao supermercado, melhoraram suas casas, e os preços subiram. Que mania vocês têm de almoçar e de morar. É hora de acabar com esses luxos.

Evento adverso do tipo grave é essa gente que está aí.

CAPAS DE JORNAIS



O ESTADO DE S. PAULO



Segunda-feira 16 DE NOVEMBRO DE 2020 R\$ 5,00 ANO 141 Nº 48418

estadão.com.br

Eleições 2020

No 2º turno, Covas fala em derrotar o 'radicalismo'; Boulos, a 'mesmice'

● Tucano usa mote do adversário para dar o tom de sua campanha no 2º turno ● Além do prefeito, candidato do PSOL, atacou o governador João Doria (PSDB) ● Celso Russomanno, que liderou boa parte da corrida eleitoral, fracassa mais uma vez



Covas. 'Vou mostrar que o trabalho com o governo do Estado tem sido importante'



Boulos. 'Não é só uma eleição. Estamos falando do projeto de uma geração'

A disputa pela Prefeitura de SP será definida entre o prefeito Bruno Covas (PSDB), de 40 anos, e o candidato do PSOL, Guilherme Boulos, de 38. O resultado do primeiro turno manteve a tradição da polarização entre um tucano e um candidato de esquerda, mas também expôs a resiliência do PSDB e a fadiga do PT na capital. Celso Russomanno (Republicanos), que chegou a liderar as pesquisas, ficou em quarto. À noite – após horas de expectativa por causa da lentidão do TSE na divulgação dos resultados –, Covas afirmou que sua campanha

nas próximas duas semanas terá como lema "a esperança vai vencer o radicalismo". A frase é uma resposta ao mote de Boulos de que "a esperança vai vencer o ódio". O candidato do PSOL, que fez ataques ao governador João Doria (PSDB), rebateu: "Eu vi a declaração do Bruno (Covas) de que a disputa seria da ponderação contra o radicalismo. A disputa não é essa. Ele está errado. A disputa é da mesma coisa com a esperança". Boulos acredita que, com tempo igual na propaganda no rádio e na TV, vai crescer até o dia 29. ELEIÇÕES 2020 / PÁGS. 01 e 012

Bolsonaristas perdem força em todo o País

A onda bolsonarista que marcou as eleições de 2018 não se repetiu nos pleitos municipais deste ano. Carlos Bolsonaro foi reeleito vereador no Rio de Janeiro, mas perdeu 36 mil votos em 4 anos. PÁGS. 010, 011 e 013

Atraso se deu por falha em máquina, diz TSE

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) atribuiu o atraso na divulgação do resultado a falha em um supercomputador. O problema poderia ter sido causado por mudança na totalização dos votos, que passou a ser centralizada. PÁG. 011

Suplicy e Milton Leite, os vereadores mais votados

PÁG. 08

Rio vai ter disputa entre o ex e o atual prefeito

PÁG. 013

No Recife, primos se enfrentam no 2º turno

PÁG. 014

Porto Alegre terá embate entre MDB e PCdoB

PÁG. 014

Partidos do Centrão avançam nas capitais

PÁG. 010

Votação por região

Bruno Covas (PSDB) 32,85%

Guilherme Boulos (PSOL) 20,24%

JO PAULISTA 45%

PINHEIROS 32%

MÉDIA DO CANDIDATO
ABAIXO ACIMA
30%

MÉDIA DO CANDIDATO
ABAIXO ACIMA
20%

Resultado

● primeiro turno ● segundo turno

ARACAJÓ
45,82% 23,2%
Eduardo Del Colletta
Proposta (PT) Colletta

BELO
34,22% 22,00%
Carlinhos Del Federal
Rodrigues (PSL) Del Federal

BELE HORONTE
63,71% 6,50%
Alexandre Bruno
Kelli (PSB) Engler (PSB)

BELA VISTA
49,84% 15,00%
Arthur Otton
Pernambuco (PSB) Carabinha

CAPOEIRAS
52,58% 11,58%
Margarida Harbach
Teal (PSB) Assun

CRUZEIRO
33,12% 30,84%
Abílio Júnior Emanuel
Pacheco (PSB) Pacheco

CURITIBA
50,74% 12,30%
Rafael Gouveia (PSB)
Gouveia

FLORIANÓPOLIS
52,40% 10,10%
Gisele Professor
Loureira (PSB) Elson (PSB)

FORQUILHA
55,74% 33,32%
José Sarto Cap. Wagner
PSB

GUARÁ
58,62% 24,67%
Magalhães Vanerlan
Vilaça (PSB) Carlinhos

JOAQUIM
20,77% 10,00%
Cecilia Milane
Lacort (PSB) Ferreira (PSB)

MACAÉ
28,58% 28,43%
Adriano SMC
Gaspard (PSB) PSB

MANAUS
23,30% 23,30%
Amazônia David Almeida
Bento (PSB) Almeida

NATAL
50,54% 14,38%
Alvar e Dias Senador Jean
PSB

PARANÁ
28,24% 14,32%
Cristina Prof. Japier
Ribeiro (PSB) Geo (PSB)

PORTO ALEGRE
51,01% 30%
Sobralista Magalhães
Melo (PSB) Elton (PSB)

PORTO VELHO
34,40% 14,32%
Mariano Cristiane
Chaves (PSB) Lopes (PSB)

RECIFE
27,81% 22,00%
João Campos Maria
Arantes (PSB) Arantes

RIO BRANCO
45,98% 22,00%
Talya Severina
Escudell (PSB) Neri (PSB)

RIO DE JANEIRO
27,81% 21,00%
Eduardo M. Crivello
Pereira (PSB) Pimentel

SALVADOR
64,2% 18,98%
Bruno Reis Major Dirceu
PSB

SÃO CARLOS
27,81% 22,00%
Eduardo Duarte Júnior
Bandeira (PSB) Bandeira

SÃO PAULO
32,85% 20,24%
Bruno Covas Guilherme
Boulos (PSB) Boulos

TERESINA
24,40% 20,7%
De Fátima K. Montezuma
PSB

UBERLÂNDIA
20,80% 21,00%
Det. Paschoa João Cesar
PSB

UNIVERSIDADE
20,80% 21,00%
Det. Paschoa João Cesar
PSB

ANÁLISES

CENÁRIO

Rosângela Bittar
Pandemia levou a mais valorização da
experiência e menos da ideologia.
PÁG. 03

PARTIDOS

Elaine Cantanhêde
Eleitorado preferiu caminhar em terra
firme e política tradicional venceu.
PÁG. 04

PANDEMIA

Vera Magalhães
Há espaço de reconstrução do centro e
para projetos alternativos à polarização.
PÁG. 05

CAMPANHA

J.R. Guizzo
Em SP, falou-se basicamente das
perdas políticas de Lula e Bolsonaro.
PÁG. 07

RENOVAÇÃO

João Gabriel de Lima
Eleição não antecipou disputa
de 2022, mas projeta cores e caras.
PÁG. 011

Direto da Fonte
Arminio Fraga
aposta no '22'

Ex-presidente do BC diz que não dá para encerrar uma crise a cada quatro anos e propõe plano expresso de reforço fiscal "222". "Seriam 2 pontos percentuais do PIB com a eliminação de subsídios, 2pp de cortes com base na PEC Emergencial e 2pp com a recuperação da atividade", afirma. PÁG. 02

Esportes

Lewis Hamilton é heptacampeão

Piloto inglês venceu o GP da Turquia e se igualou a Michael Schumacher em número de títulos na Fórmula 1. PÁG. A15

Presidente do Peru renuncia 5 dias após assumir

Protestos de peruanos contra o impeachment de Martín Vizcarra, ocorrido há uma semana, derrubaram ontem seu substituto, Manuel Merino renunciou 5 dias após assumir, em meio a manifestações que resultaram em duas mortes. A destituição de Vizcarra foi considerada um golpe por parte da sociedade. INTERNACIONAL / PÁG. A6

Trump admite derrota 'por fraude' e logo recua

INTERNACIONAL / PÁG. A9

Fareed Zakaria
Joe Biden será empossado, mas os danos de ataques de Donald Trump à eleição vão durar. PÁG. A10

MISTO
Papel analítico e político
do Brasil em relação ao mundo.
FSC C113209
Tempo em SP 19° Min. 32° Máx.

NOTAS & INFORMAÇÕES

É hora de trabalhar, presidente

Com o fim do primeiro turno da eleição, acabou a última desculpa de Jair Bolsonaro para não trabalhar. Qual será a próxima? PÁG. A3

Os rumos da Embrapa
Plano da empresa para a década de 20 reflete os desafios estratégicos do setor agropecuario. PÁG. A3

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

FOLHA100: FALTAM 95 DIAS

SEGUNDA-FEIRA, 16 DE NOVEMBRO DE 2020

ANO 100 ★ Nº 33.465 ★ R\$ 5,00



De máscara, mulher vota em Igarapé-Miri, município no Pará, observada pelas mesárias, também protegidas. Tasso Sereia/AFIP

Covas vai enfrentar Boulos; apuração tem atraso inédito

Líder de sem-teto desbanca França e Russomanno, nome de Bolsonaro; eleição da pandemia vê maior abstenção em 20 anos

Os partidos nas capitais

Definidos no 1º turno

PSD	SP	Aracaju
PSD	PR	Belém
PSD	MG	Boa Vista
PSD	GO	Campo Grande
PSD	MT	Cuiabá
DEM	PR	Curitiba
DEM	PR	Florianópolis
PSD	PR	Fortaleza
PSD	GO	Goiânia
PP	MG	João Pessoa
PSD	PR	Maceió
PSD	PR	Manaus
PSD	PR	Natal
PSD	PR	Palmas
PSD	PR	Porto Alegre
PSD	PR	Porto Velho
PSD	PR	Recife
PP	PR	Rio Branco
DEM	PR	Rio de Janeiro
DEM	PR	Salvador
PSD	PR	São Luís
PSD	PR	São Paulo
PSD	PR	Teresina
PSD	PR	Vitória



O prefeito Bruno Covas em entrevista no diretório do PSDB nos Jardins. Eduardo Knapik/Folhapress



Guilherme Boulos, após a divulgação do resultado, no Campo Limpo. Danilo Werpa/Folhapress

Guilherme Boulos (PSOL), 38, será o adversário do prefeito Bruno Covas (PSDB), 40, no segundo turno da eleição municipal em São Paulo, no próximo dia 29. Com 99,9% das urnas apuradas, Covas liderava com 32,9% dos votos válidos, contra 20,2% do adversário.

O ativista do movimento sem-teto, que estava em empate técnico com Márcio França (PSB) e Celso Russomanno (Republicanos) na última pesquisa de intenção de voto do Datafolha, confirmou a curva ascendente de sua campanha e a rejeição do eleitorado a Jair Bolsonaro. Aliados do presidente, como Russomanno, naufragaram, e até seu filho Carlos, reeleito vereador no Rio, perdeu metade dos votos de 2016.

Além das medidas sanitárias e de distanciamento da pandemia, a eleição teve uma série de problemas tecnológicos. A totalização dos votos, incluindo os da capital paulista, sofreu atraso inédito. O presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Luís Roberto Barroso, culpou uma mudança no sistema. Para ele, o atraso "de apenas três horas" não comprometeu a integridade do pleito. Deu margem, porém, a questionamentos e desinformações nas redes sociais.

A abstenção foi a maior em 20 anos. Chegou a 29,3% na capital paulista, contra 21,8% da última eleição. No Rio, foi de 32,8%. Instabilidade no e-título, aplicativo criado pelo TSE para substituir o título, fez usuários terem dificuldades para registrar ausência. Poder A4

Marcelo Toledo
Cobertura trouxe mais conteúdo à campanha em Jaboticabal A16

Alvo de operações no início da campanha no Rio, Paes e Crivella estão no segundo turno A18

Análise Leandro Colon
Pleito expõe fragilidade do capital político de Bolsonaro nas capitais A15

Mathias Alencastro
Boulos se impõe como líder de todo o campo progressista Mundo p. 2

Monitoramento aponta ação coordenada contra tribunal A8

Pandemia no Brasil

Brasil	Caso	Óbitos
Total	5,9 mil	165,8 mil
Óbitos*	28,6 mil	491
Variação**	32,4%	16,9%

Exatidão: Estável

Estágios da pandemia

Estável

Desacelerado

Reduzido

Estágios da pandemia

Estável

Desacelerado

Reduzido

Estágios da pandemia

Estável

Desacelerado

Reduzido

Estágios da pandemia

Estável

Desacelerado

Reduzido

Estágios da pandemia

Estável

ENTREVISTA DA 2ª

Flávia Biroli

Violência política atinge as mulheres e limita participação

Para a pesquisadora, a noção de violência política apareceu nos países em que a participação feminina aumentou. "Violência pode ser simbólica, física, sexual, econômica e psicológica."

EDITORIAIS A2

O novo e o velho
A respeito dos resultados das eleições municipais.

Desigual na raiz
Acerca de desempenho de escolas no ensino básico.

AUDIÊNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 176.292.687
VISITANTES ÚNICOS 34.419.037

Presidente interino do Peru renuncia após cinco dias

Manuel Merino de Lama, que assumiu a presidência do Peru na terça-feira (10), renunciou ontem, após uma noite violenta de protestos que terminou com a morte de dois jovens manifestantes. Merino substituiu Martín Vizcarra, afastado por denúncia de corrupção.

Em cinco dias de mandato, Merino reprimiu duramente manifestações pacíficas, o que o levou a perder apoio dos partidos políticos, inclusive o seu.

O Congresso deve nomear um novo presidente interino. A eleição está marcada para abril de 2021. Mundo p. 1

Trump admite derrota, mas atribui a fraude

O presidente dos EUA, Donald Trump, reconheceu pela primeira vez a vitória do democrata Joe Biden, mas reiterou as falsas alegações de que houve fraude na eleição. Mundo p. 2

Cresce internação por Covid na rede municipal

Depois de hospitais privados, a rede municipal de São Paulo registra aumento de internações por coronavírus. Na capital, a alta foi de 9% entre 7 e 13 de novembro. Cotidiano B2

A Mastercard é mais do que cartão

Experiência Internacional credencia Mastercard a oferecer soluções para implantação de PIS

Pág. A9

Dados das 20h de 15-Nov

*Média móvel de 7 dias

**Em relação a 14 dias

ISSN 1644-0729

33465

9 771414 572029



O GLOBO

ELEIÇÕES 2020

Com alta abstenção, eleição terá 2º turno em Rio, SP e mais 16 capitais

Falha em supercomputador causa atraso nos resultados

Paes e Crivella voltam a se enfrentar na dia 29

Covas e Boulos também terão nova disputa



Trabalhadores da Justiça Eleitoral trabalham no processo eleitoral em uma unidade de atendimento em uma cidade do Rio de Janeiro. O TSE está realizando a transmissão ao vivo dos resultados das eleições em 2020.



Um dos candidatos a prefeito de São Paulo.



Um dos candidatos a prefeito de São Paulo.



Um dos candidatos a prefeito de São Paulo.



Um dos candidatos a prefeito de São Paulo.

A eleição para prefeito de São Paulo terá um segundo turno, após o primeiro turno realizado em 15 de outubro. O TSE decidiu que, devido ao alto índice de abstenção no primeiro turno, a eleição será realizada em dois turnos. O primeiro turno foi realizado em 15 de outubro, e o segundo turno será realizado em 29 de novembro.

Em São Paulo, o primeiro turno foi realizado em 15 de outubro, e o segundo turno será realizado em 29 de novembro. O TSE decidiu que, devido ao alto índice de abstenção no primeiro turno, a eleição será realizada em dois turnos.

Em São Paulo, o primeiro turno foi realizado em 15 de outubro, e o segundo turno será realizado em 29 de novembro. O TSE decidiu que, devido ao alto índice de abstenção no primeiro turno, a eleição será realizada em dois turnos.

Em São Paulo, o primeiro turno foi realizado em 15 de outubro, e o segundo turno será realizado em 29 de novembro. O TSE decidiu que, devido ao alto índice de abstenção no primeiro turno, a eleição será realizada em dois turnos.

Após insucesso no TSE, apoiadores do presidente expulsam boatos de fraude

Após o insucesso no TSE, os apoiadores do presidente expulsaram boatos de fraude. O TSE decidiu que, devido ao alto índice de abstenção no primeiro turno, a eleição será realizada em dois turnos.



Um dos candidatos a prefeito de São Paulo.

Em São Paulo, o primeiro turno foi realizado em 15 de outubro, e o segundo turno será realizado em 29 de novembro. O TSE decidiu que, devido ao alto índice de abstenção no primeiro turno, a eleição será realizada em dois turnos.

Em São Paulo, o primeiro turno foi realizado em 15 de outubro, e o segundo turno será realizado em 29 de novembro. O TSE decidiu que, devido ao alto índice de abstenção no primeiro turno, a eleição será realizada em dois turnos.

Novo sistema de votação

Com o novo sistema de votação, o TSE decidiu que, devido ao alto índice de abstenção no primeiro turno, a eleição será realizada em dois turnos.

Em São Paulo, o primeiro turno foi realizado em 15 de outubro, e o segundo turno será realizado em 29 de novembro. O TSE decidiu que, devido ao alto índice de abstenção no primeiro turno, a eleição será realizada em dois turnos.

Em São Paulo, o primeiro turno foi realizado em 15 de outubro, e o segundo turno será realizado em 29 de novembro. O TSE decidiu que, devido ao alto índice de abstenção no primeiro turno, a eleição será realizada em dois turnos.

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1808; HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASILIA, 1960; ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASILIA, DISTRITO FEDERAL, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE NOVEMBRO DE 2020

NÚMERO 20.994 • 26 PÁGINAS • R\$ 2,50



Festa da democracia no Entorno

Milhares de eleitores foram às urnas, ontem, nos 33 municípios que formam a Ride — Região Integrada de Desenvolvimento —, o chamado Entorno do DF. Goiás tem 29 cidades (as outras quatro são de Minas) e o pleito foi considerado pelo TRE como o mais pacífico da história do estado. Ligações econômicas e sociais entre essas localidades e Brasília devem manter o histórico de cooperação entre elas, com políticos goianos e brasilienses também de olho nas eleições de 2022. (Confira alguns prefeitos eleitos / A relação completa está na Página 17)

Mônica Junior/CBDA Press

Santo Antônio do Descoberto
Alexandre Caldato (DEM)

Gustavo Moreno/CBDA Press

Planaltina de Goiás
Delegado Cristomario (PSL)

Reprodução

Luziânia
Diego Sorgatto (DEM)

Reprodução

Cidade Ocidental
Fábio Correa (PP)Formosa
Gustavo Marques (Podemos)Alexânia
Alysson (PP)Mimoso de Goiás
Angela (DEM)Valparaíso
Pábio Mossoró (MDB)Abadiânia
Zé Diniz (PP)Novo Gama
Carlinhos do Mangão (PL)Padre Bernardo
Joseleide Lázaro (DEM)Unai (MG)
Branquinho (PSDB)Cristalina
Daniel do Sindicato (DEM)Águas Lindas
Dr. Lucas da Santa Monica
(Podemos)Alto Paraíso
Marcos Rêgo (DEM)Cavalcante
Vilmar Kalunga (PSB)Cocalzinho
Nenão (DEM)Buitis (MG)
Dr. Keny (PDT)

Urnas mandam recado contra a radicalização

Marcos Ferreira/CBDA Press



Barroso, do TSE: segurança causou atraso

Mônica Junior/CBDA Press



Santinhos na Cidade Ocidental: desrespeito

Marcos Ferreira/CBDA Press



Máscara e álcool em gel foram o novo normal das eleições no Novo Gama (GO) e em todo o país

Com abstenção de 23,14% (em 2018, foi de 20,3%), as eleições municipais em meio à pandemia de covid-19 foram marcadas pela tranquilidade, mas, também, pela demora na apuração dos votos. Em sete das 25 capitais onde houve votação, os prefeitos foram eleitos em primeiro turno. Haverá segundo turno em 18. Partidos longe dos extremos tiveram desempenho melhor neste domingo, como DEM, que conseguiu três capitais. PSol, em São Paulo, e PCDoB, em Porto Alegre, ocuparam um espaço que geralmente era destinado ao PT nas grandes cidades. O Partido dos Trabalhadores, por sinal, teve desempenho abaixo das suas tradições. O presidente Jair Bolsonaro também fracassou ao apoiar muitos candidatos, como Celso Russomano (Podemos), na capital paulista. Já as legendas do chamado Centrão ficaram com a maioria dos municípios em todo o país.

✓ **Boulos e PSol barram PT para polarizar com tucanos em São Paulo**

✓ **Maguito, internado com covid, vai ao 2º turno em Goiânia com Vandertan**

PÁGINAS 2 A 7 E 15 A 18

Flores para vencer crise

Com a empresa de eventos impactada pela pandemia, Manoela Santiago se reinventou com arranjos e cestas artesanais para vender on-line.

CAPITAL S/A, 19

Araceli Pereira/Outlook



Pagar com Pix será possível a partir de hoje

PÁGINA 9

Presidente do Peru renuncia em meio à crise

PÁGINA 12

Campeão que transcende a F-1

Ao vencer o GP da Turquia, Lewis Hamilton sagrou-se heptacampeão da categoria. Ele se iguala em títulos a Michael Schumacher. Ativista contra o racismo, o piloto negro quer inspirar crianças de todo o mundo.

PÁGINA 14



Pela primeira vez, Trump menciona derrota nas eleições

Em rede social, o presidente dos Estados Unidos faz comentário sobre a vitória de Biden, mas volta a alimentar rumores de fraudes na apuração dos votos. Acusações recaem sobre a empresa Dominion Systems.

PÁGINA 12



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

VerCapas.com.br

(031) 99256.3848

BRASILIA-DF, PÁGINA 3

DADOS ASSOCIADOS

MME / ASCOM .